## PROJETO DE LEI Nº

, DE 2024

(Do Senhor Pastor Marco Feliciano)

Realização de Leilões de Bens Apreendidos em Beneficio de Instituições da Caridade.

Art. 1º - Fica estabelecido que todas as apreensões de bens móveis, madeiras, minérios e outros extraídos da terra realizadas pelas autoridades competentes devem ser leiloadas em um prazo máximo de 3 meses a partir da data da apreensão.

- Art. 2º Os leilões dos bens apreendidos serão realizados por entidades públicas ou privadas autorizadas, com ampla divulgação e transparência dos procedimentos, visando assegurar a concorrência e a maximização dos recursos arrecadados.
- Art. 3° Os valores obtidos nos leilões serão integralmente destinados a instituições de caridade previamente cadastradas e reconhecida pelo órgão competente, com o objetivo de promover ações sociais em beneficio da comunidade.
- Art. 4º As instituições de caridade beneficiárias dos recursos deverão prestar contas da utilização dos mesmos, garantindo a transparência e a efetividade das ações.





## **JUSTIFICATIVA**

- 1 Transparência e Eficiência: A proposta busca assegurar que os bens apreendidos sejam destinados de forma transparente e eficiente, evitando a retenção prolongada dos mesmos e garantindo sua sua conversão em recursos úteis para a sociedade.
- **2 Responsabilidade Social:** Ao destinar os recursos arrecadados nos leilões às instituições da caridade, o projeto visa contribuir para a promoção do bemestar social e para o atendimento de necessidades de comunidades carentes e grupos vulneráveis.
- **3 Combate à Corrupção e ao Crime:** O leilão rápido dos bens apreendidos pode contribuir para desestimular práticas ilícitas, ao mesmo tempo em que direciona os recursos obtidos para iniciativas de cunho social, contribuindo para a redução da impunidade.
- **4- Estímulo à Participação da Sociedade Civil:** Ao beneficiar instituições de caridade reconhecidas, o projeto fomenta o envolvimento e a participação civil.

As principais instituições que poderiam ser beneficiadas com o projeto de lei de bens apreendidos incluem:

- Organizações Não Governamentais (ONGs),
- Instituições de Assistência Social,
- Entidades de Combate a Fome e a Desnutrição,
- Instituições de Apoio a Pessoas com Necessidades Especiais.

A ação de destinar parte dos recursos provenientes desses leilões para entidades beneficentes não só contribuiria para fortalecer o setor filantrópico, mas também poderia gerar impactos positivos significativos na redução da desigualdade e no combate às necessidades sociais mais prementes.





Dessa forma, considerando os argumentos apresentados e os benefícios esperados pela aprovação e implementação deste projeto de lei, acredita-se que a proposta de leilão de bens apreendidos em beneficio de instituições de caridade representa uma medida socialmente responsável e capaz de contribuir para o fortalecimento do setor filantrópico, o combate à corrupção e a promoção do bem estar da população mais necessitada. Portanto, recomenda-se o apoio e a análise cuidadosa desta proposta pelos órgãos competentes, visando a sua possível aprovação e execução em prol do interesse público e da justiça social.

Sala das sessões,... de....de 2024.

DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO PL/SP



